

DIÁLOGOS SOBRE LESBIANIDADES:

uma breve incursão histórica e análise das produções recentes

Leandra Sobral Oliveira¹

Amana Rocha Mattos²

7

Resumo: O presente artigo trata do tema da homossexualidade, mas especificamente das lesbianidades. Discute a patologização da homossexualidade na transição do século XIX para o século XX, assim como faz um recorte sobre lesbianidades a partir de uma breve perspectiva histórica para depois investigar, na segunda metade do século XX, a eclosão do processo afirmativo dos movimentos lésbicos no Brasil. Pensar sobre a existência e a resistência dessas mulheres, a partir de marcadores desta compilação traz para a pauta cotidiana o pensamento sobre a necessidade de problematizarmos a falta de protagonismo dos estudos em lesbianidades no Brasil. Após esta incursão histórica, investiga as recentes produções sobre a temática produzidas no país, em especial as publicações de 2016 e 2017. O desenho deste artigo nasce da necessidade de refletir sobre as (in)visibilidades das lésbicas e promover este debate para além dos muros da Universidade.

Palavras-chave: Lesbianidades. Mulheres lésbicas. Movimentos lésbicos.

¹ Professora do curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá, Especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/UERJ), Doutoranda em Psicologia Social (UERJ) e Integrante do Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros (DEGENERA/UERJ).

² Professora Adjunta do Instituto de Psicologia (UERJ), Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UERJ) e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros (DEGENERA/UERJ).

Diálogos sobre lesbianidades: uma breve incursão histórica e análise da produção recente ³

Introdução

No artigo apresentamos uma compilação de alguns marcadores presentes na produção científica revisada sobre o tema da homossexualidade, de forma geral, e sobre o tema das lesbianidades, de forma mais específica, em especial no que se cruza com a realidade brasileira. Optamos por dar destaque a produções, acontecimentos e personagens que circunscrevem um dos modos de contar esta história como forma de existência e resistência. Por ser composta por fontes, cenas e perspectivas distintas, pode, em alguns momentos, ter a aparência de uma colcha de retalhos, mas contar uma história é assumir o lugar de narradora e todas as nuances que daí derivam.

É um trabalho sobre lesbianidades que se propõe a apresentar um recorte de pesquisa de doutorado em andamento. Para dialogar com o tema atravessa outros tantos disparadores. Vai se refazendo em seu percurso, já que se pretende vivo e transformado pelas leituras, pelos diálogos e pelas tensões. Nos propusemos a compilar estudos, produções e marcadores que possam encaminhar a um certo Estado da Arte sobre as lesbianidades.

Por se tratar de uma compilação, certamente não abrange a totalidade daquilo que se propõe a organizar. Nem sob o ponto de vista cronológico, nem sob o ponto de vista epistemológico, e, claro, tampouco sob o ponto de vista factual. É sobre lesbianidades⁴ em sua versão plural, justamente por reconhecer fissuras e diferentes

³ O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado realizada pela primeira autora, e orientada pela segunda autora (“Diálogos sobre lesbianidades: narrativas de lésbicas sobre conservadorismo, avanços e retrocessos”).

⁴ Aqui nos parece útil realizar uma breve elucidação. Optamos por trabalhar com as nomenclaturas lésbica(s) e lesbianidade(s) para seguir a maior parte das denominações atualmente utilizadas tanto nos movimentos sociais, quanto na academia e na formulação das políticas públicas. Alguns autores, no entanto, tensionam esta utilização. Um dos exemplos é o que traz Patrícia Lessa (2008), no seguinte fragmento: “*Indo ao encontro das atuais propostas dos grupos lesbianos, adotamos as terminologias lesbiana e lesbiandade, em oposição aos termos lésbica e lesbianismo, que surgem no discurso científico do século XIX com conotação patológica ou ligados à criminalística*” (p. 302). A utilização do termo lésbica para denominar a mulher homossexual não é consensual nem no campo da produção de conhecimento, nem nos movimentos sociais, na produção de políticas públicas ou na auto referência pelas mulheres de diferentes gerações que se relacionam com outras mulheres, de forma que a sua utilização no presente trabalho assume um papel didático, que não se furta a reconhecer as tensões discursivas inerentes a esta utilização.



perspectivas e estratégias. Parte da necessidade de capturar e ao mesmo tempo transpor possíveis ferramentas que favoreçam uma compreensão expandida sobre o tema, além de se deparar a todo momento com as implicações que surgem das discussões sobre o lugar de fala, como bem nos aponta Ribeiro (2017a).

Cada experiência de lesbianidade deve ser compreendida como delimitada por contornos que a tornam ao mesmo tempo singular e coletiva, o que implica na recusa à adoção de modelos universais nos quais sejamos traídas a acreditar que exista um formato do ser mulher, ou do ser mulher lésbica.

Todo o tangenciamento sobre o lugar de fala parte da consideração básica de que os diferentes indivíduos estão diretamente atravessados pelos seus marcadores sociais, de forma que ao “marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017a, pp. 59-60). Que segue tratando tudo aquilo que foge ao modelo tradicional como patologia. Daí a “importância da visibilidade para colocar em questionamento a heteronormatividade, esta como regra produtora da homossexualidade como desvio” (AUAD e LAHNI, 2013, p. 147).

Em especial, esse percurso funde-se com as transgressões cotidianas do complexo sistema de circulações daquilo que fala de uma experiência singular e que coloca cada uma (um) de nós nos nossos lugares de pertença, nas nossas coletividades. Cor/raça, classe social, credo, idade, trabalho, família, conjugalidade, o que nos dá e o que nos retira acessos, aquilo que nos torna mais ou menos aptas(os) a pertencermos ou sermos rechaçadas(os), mesmo que nem sempre saibamos exatamente onde gostaríamos de estar.

Assim, organizamos este artigo a partir de dois alinhamentos. O primeiro deles se propõe a circunscrever algumas discussões acadêmicas sobre o desenho da homossexualidade enquanto prática invertida, patológica e desviante. Diz respeito a um recorte sobre lesbianidades numa breve perspectiva histórica, em que iremos trazer diferentes apontamentos que permitam uma organização minimamente didática sobre o campo. Nossa proposta neste item foi reunir autores, referências conceituais e marcos que auxiliem nessa compilação temática. Fizemos uma discussão inicial sobre o tema da homossexualidade na transição entre os séculos XIX e XX, e depois realizamos um salto retomando esta discussão na segunda metade do século XX, por entendermos que este período (considerando-se o contexto brasileiro) abriga o embrião do processo afirmativo do movimento lésbico de modo mais estruturado.



Em seguida, apresentamos uma pesquisa exploratória acerca da produção bibliográfica mais atual (2016 e 2017) sobre o tema das lesbianidades (pesquisas, artigos e demais produções conceituais), ou seja, as mais recentes produções acadêmicas sobre o tema.

Assim, o objetivo geral desta dupla revisão é mapear o campo de produções para que possamos identificar (ou não) possíveis articulações entre pesquisa acadêmica e ativismo.

Homossexualidades e lesbianidades: breves apontamentos históricos

Sabemos que não é inédito escrever sobre o percurso histórico que circunscreveu a homossexualidade enquanto uma prática patológica, mas revisitar este percurso é preciso, para que possamos compreender que modelos e padrões são construídos dentro de um determinado recorte de tempo e de cultura.

Os séculos XIX e XX são marcados pelo processo de naturalização da sexualidade e das diferenças oriundas da orientação sexual, trazendo assim para o exercício de uma cidadania restrita os sujeitos que se encontravam desviados do padrão definido como moralmente adequado, estabelecido e comprovado - o heterossexual. Nesse sentido, a vivência ou expressão de uma sexualidade desviante, “além de ser julgada crime, era considerada causa de outros crimes. Esses ‘invertidos’ foram vistos como extremamente perigosos”. (MAZZIEIRO, 1998, p. 270).

No século XX, a partir da década de 1960 percebemos características que a tornam cenário de profunda tensão. Se, por um lado, a perspectiva de se encarar a homossexualidade como patologia está fortemente impregnada na ciência da época, por outro a crescente influência dos movimentos sociais no sentido de pressionarem o saber científico a revisitar suas bases conceituais e metodológicas vai gerando mudanças nesse tecido social.

Trata-se da instauração de uma nova ordem política, na qual a perspectiva essencialista, biologizante e naturalista passa a ser combatida, inclusive pelos próprios especialistas de cada época, numa configuração que parecia exigir a compreensão do corpo e da sexualidade como dispositivos históricos e sociais, em seus complexos atravessamentos.

Os “transgressores” trazem para a pauta cotidiana e também científica o questionamento do desenho patológico e desviante atribuído à homossexualidade. Assim, a partir da década de 1960,

há um movimento crescente de contestação dos valores, estruturas e concepções sociais. Nesse contexto, no qual se desenvolvem movimentos sociais como o feminista e o LGBT, as proposições científicas sobre o sexo foram amplamente questionadas e discutidas (CARRARA, 2015, p. 66).

Embora a maior parte da produção de conhecimento sobre homossexualidade da década de 1960 ainda a trate como patologia e desvio, começam a surgir estudos e autores que passam a defender a homossexualidade como uma das possíveis expressões normais/saudáveis da sexualidade humana. Nesse mesmo cenário, vemos novas aberturas sendo delineadas, talvez inclusive como resultado das mobilizações dos movimentos sociais (entre eles os Movimentos Feministas) por novos padrões de cultura, sociabilidade e modos de existência, o que no Brasil ocorre a partir da instauração da Ditadura Militar, em 1964.

O mercado começa a abrir estabelecimentos dirigidos especificamente ao público LGBT (na época apenas denominado público gay, por apologia ao movimento mais amplo norte-americano), como bares, restaurantes, boates e saunas. Na realidade brasileira, um dos principais cenários de frequência da população LGBT é o Ferro's Bar, em São Paulo, que em 1967 se torna ponto de encontro frequente das lésbicas da região, o que inclui não apenas a pauta *recreativa*, mas também de discussões em busca de direitos e redução da violência destinada à comunidade (CABRAL, 2015; OLIVEIRA, 2017).

Podemos afirmar seguramente que a década de 1960 abriga mundialmente uma efervescência de costumes, pautas e estratégias coletivas, sendo ainda fortemente marcada pelas concepções científicas que a antecedem, e que continuarão sendo perpetradas nas décadas seguintes. É onde podemos localizar as inevitáveis tensões que permitem as transformações dos modelos hegemônicos. Um exemplo significativo ocorreu em 28 de junho de 1969, em protesto no bar Stonewall, em Nova York, um dos principais bares gays da época, o que é reconhecido como marco contemporâneo do movimento LGBT (CARRARA, 2015).

A década de 1970 começa justamente nesse campo de batalhas. Um ano após o episódio em Stonewall ocorrem as primeiras marchas gays da história (junho de 1970), caminhadas que contam com milhares de pessoas nos estados americanos de São Francisco, Los Angeles e Nova York. No contexto científico mundial, um



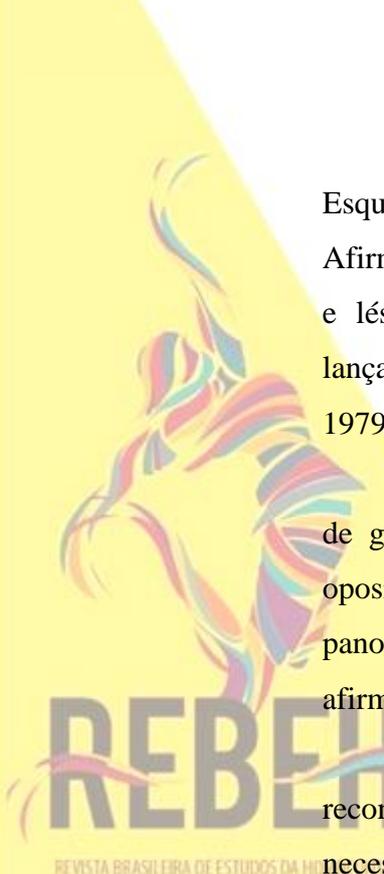
importante marco ocorreu em 1973, quando a APA (Associação Norte Americana de Psiquiatria) deixou de classificar a homossexualidade como transtorno mental, demonstrando um entrecruzamento entre as pautas dos movimentos sociais e a própria revisão conceitual dos legitimadores científicos da época.

O processo de afirmação e busca de direitos deflagrado mundialmente (em especial nos EUA e na Europa) vai sendo paulatinamente absorvido na conjuntura de abafamento político ao qual nosso país estava fortemente submetido por conta da ditadura militar. Foram necessários alguns anos para que no Brasil pudesse imprimir um processo coletivo mais estruturado, ao qual convencionou-se chamar Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)⁵.

Uma análise introdutória deste Movimento, surgido no final da década de 1970 com forte influência dos Movimentos Feministas (MF), bem como dos movimentos gays americano e europeu nas suas proposições sobre sexualidade, gênero e relações de subordinação (MACHADO *et al*, 2010), traz à tona uma série de elementos inerentes ao entrecruzamento dos processos culturais e dos saberes legitimados pelos especialistas.

Como nos afirma Green (2000), no Brasil o movimento de gays, lésbicas e travestis pode ser oficialmente datado de 1978, no meio da abertura política e da oposição à ditadura militar. Os anos mais austeros do regime de exceção vivido no Brasil permitiram que novos coletivos se organizassem, o que aconteceu diante de um cenário de forte repressão policial e reiteramento de estigmas e violências, que continuou destinando à comunidade LGBT diferentes acessos e possibilidades. Das vivências silenciosas dos guetos à articulação de novos coletivos, somente no final da década de 1970 foi possível ampliar a pauta de reivindicações do MHB (CABRAL, 2015).

⁵ No livro *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90*, de Regina Facchini (2005), temos acesso a uma descrição assertiva sobre as diferentes nomenclaturas de definição do Movimento. Inicialmente referido e auto-referido como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), também é possível encontrar a sigla MGL (Movimento de Gays e Lésbicas), como em alguns documentos datados de 1993, Movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), a partir de 1995, e Movimento GLBT (de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), a partir de 1999. Também encontramos, como destaca Facchini, siglas de iniciativas mercadológicas, como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) ou de políticas de saúde, como HSH (homens que fazem sexo com homens). De tal forma que “a proliferação de siglas e segmentação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram, no ano de 1999, alvos de tratamento irônico na mídia, que acusava as entidades que então passavam a utilizar a sigla GLBT de criar uma ‘sopa de letrinhas’” (Regina Facchini, 2005, p.21). Sem querer problematizar esta questão neste momento, optamos por nos referir com a utilização das siglas MHB (em especial no que tange às décadas de 1970 e 1980) e LGBT (de forma mais contemporânea).



Nesse período, destacamos em especial o lançamento do Jornal Lampião da Esquina⁶, em abril de 1978, a fundação do Grupo SOMOS (Somos: Grupo de Afirmação Homossexual), reconhecido como a primeira organização política de gays e lésbicas no Brasil, também nesse mesmo ano e como fruto dos efeitos do lançamento do Lampião da Esquina, e a fundação do Grupo Lésbico-Feminista, em 1979⁷ (OLIVEIRA, 2017).

Como afirma Green (2000), referindo-se à realidade brasileira, o “movimento de gays, lésbicas e travestis surgiu em 1978 no meio da abertura política e da oposição à ditadura militar” (p. 271), com uma década de *delay* em relação ao panorama internacional, em especial no que tange ao movimento lésbico, como nos afirmam alguns autores, entre elas Jules Falquet (2009) e Luana Oliveira (2017).

Embora possamos fazer uma retrospectiva genérica do MHB, é fundamental reconhecer que cada pauta/agenda possui bandeiras e percursos singulares, com necessidades e lutas diferentes, o que nos encaminha necessariamente à importância de distinguir homossexualidade e lesbianidade. Nas palavras de Jules Falquet (2009), a palavra homossexualidade

possui o inconveniente de colocar no mesmo plano as opções dos homens e das mulheres, pois os homens e as mulheres que vivem essas escolhas são estruturalmente situados(as) em espaços bastante diferentes no sistema patriarcal. Além de poder ser utilizado ou reivindicado para descrever práticas individuais de mulheres, o termo “lesbianismo” se refere também a um conjunto de abordagens teóricas e movimentos sociais que problematizam essas práticas. Globalmente, no sentido político, o lesbianismo pode ser considerado uma crítica em atos e um questionamento do sistema heterossexual obrigatório de organização social. [...] Nesse sentido, o lesbianismo desestabiliza o sistema dominante, ao representar uma ruptura epistemológica fundamental e incitar uma profunda revolução cultural. (p. 123).

No cenário nacional, o início da década de 1980 abriga diversos episódios de lutas e organização social. Ocorre, em 13 de junho de 1980, o que pode ser entendida como a primeira grande mobilização política articulada do Movimento, em São Paulo, um ato que reuniu os coletivos negro, de mulheres, LGBT e estudantil contra a violência policial periodicamente orquestrada pelo delegado José Wilson Richetti. Nesse mesmo ano, conhecida como ‘Operação Sapatao’, em 15 de novembro foi realizada uma grande operação policial comandada pelo delegado Richetti cujo alvo

⁶ O Lampião da Esquina foi um jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 a 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964.

<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/> Acesso em 24/01/2018, às 12h01.

⁷ Tendo como principal expoente o nome de Miriam Martinho, figura histórica do Movimento Feminista e do Movimento Homossexual Brasileiro.



específico foram as lésbicas perseguidas nos tradicionais bares da rua Martinho Prado (Ferro's Bar, Último Tango, Canapé e Cachação), em São Paulo (Oliveira, 2017).

Esse período é ainda marcado por inúmeros episódios de articulação de coletivos homossexuais, entre eles a fundação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) em 1981 pelas ativistas Miriam Martinho e Rosely Roth. Podemos citar também o lançamento do periódico ChanacomChana, que circulou de 1981 a 1987, reconhecida como a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, concebido e produzido, entre outras figuras expoentes do Movimento Lésbico, por Míriam Martinho (Oliveira 2017).

Em 1981 são relatados os primeiros casos de AIDS nos EUA, mas apenas em 1983 o vírus é catalogado e são publicadas as primeiras pesquisas médicas sobre a doença. A epidemia assola de forma assustadora toda a década de 1980, sendo inicialmente chamada de “câncer gay”, o que só começa a ser revisto quando mulheres, crianças e pessoas hemofílicas aparecem infectadas pelo vírus HIV. O assombro da epidemia de AIDS na década de 1980 colocou a homossexualidade em voga de uma forma inédita, retirando as discussões sobre a pauta LGBT do âmbito privado, o que permitiu a composição das primeiras políticas públicas de saúde sobre o tema.

Um importante marco para o movimento lésbico é a data de 19 de Agosto de 1983, quando a tentativa de expulsão das militantes do GALF do Ferro's Bar, por tentarem vender o ChanaChana, deu origem à primeira grande manifestação lésbica brasileira, como relata Luana Oliveira (2017).

Como outros marcos dessa década, ainda temos a retirada da homossexualidade da condição de desvio pelo Conselho Federal de Medicina em 1985 e a criação da Rede de Informação Um Outro Olhar, co-fundada por Míriam Martinho (uma entidade civil e apartidária e a primeira organização brasileira a dedicar-se especialmente à saúde da mulher lésbica do país), em 1989.

No que tange especificamente à organização do MHB, podemos dizer que seu surgimento em 1978 veio acompanhado de uma rápida e efervescente expansão, em especial ao longo do ano de 1980. Crises internas, em especial nos anos de 1983 e 1984, levaram a sua fragmentação como movimento organizado, e o conseqüente limbo político experimentado até o início da década de 1990 (FACCHINI, 2005; LESSA, 2008, OLIVEIRA, 2017).

Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da OMS (Organização Mundial de Saúde) retirou o termo e o conceito de “homossexualismo” de sua lista de doenças

mentais, declarando que “a homossexualidade não constitui doença nem transtorno nem perversão” (Carrara, 2015, p.51). Este importante marco resultou na consequente revisão do CID-10 (Código Internacional de Doenças) com impacto na produção científica.

Ao longo de toda a década de 1990 intensificou-se o processo afirmativo das diferentes pautas da comunidade LGBT, com destaque para uma significativa ampliação da visibilidade das especificidades referentes à identidade lésbica no Brasil. Em 31 de janeiro de 1995 é fundada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), organização brasileira com o objetivo e a missão de

promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero.⁸

Alguns outros importantes marcadores são a realização do I Seminário Nacional de Lésbicas, em 1996, a primeira Parada do Orgulho Gay, em São Paulo (1997), a mudança de nome para Parada do Orgulho GLBT em 1999 e a Resolução 001/99, do Conselho Federal de Psicologia, que determina que os psicólogos não devem exercer qualquer ação que favoreça a patologização de práticas homossexuais.

Ainda acompanhando a cronologia de alguns fatos ou eventos referentes aos MHB e/ou LGBT, o início da década de 2000 é marcado pela morte de Cassandra Rios (1933-2002), escritora brasileira de ficção, mistério e, principalmente, homossexualidade feminina e erotismo, sendo uma das primeiras escritoras a tratar do tema.

Em 2003, precisamente no dia 19 de agosto, se institui o Dia Nacional do Orgulho Lésbico⁹, ocorrendo logo em seguida a Primeira Caminhada Lésbica do Brasil, em São Paulo. Ainda nessa década, podemos citar como alguns dos tantos marcadores históricos a formalização do “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (Brasil, 2004).

Já na década atual, destacamos três acontecimentos de ampliação na visibilidade do Movimento: o lançamento do documentário-filme Cassandra Rios – a

⁸ Fonte: <https://www.abglt.org/>.

⁹ Relembrando o episódio de 19 de agosto de 1983 no Ferro’s Bar. A data foi oficializada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2008.



Safo de Perdizes, de Hanna Korich, em 2013, o lançamento (neste mesmo ano) do domínio público www.memorialgbt.com, um periódico digital colaborativo¹⁰, e a publicação do dossiê “Sapatão é Revolução! Existências e Resistências das Lesbianidades nas Encruzilhadas Subalternas”, em 2017, na Revista Periódicus.

É claro que esta incursão sobre homossexualidades e lesbianidades numa perspectiva temporal não daria conta de contemplar todos os principais acontecimentos, personagens ou produções do período abordado, e nem era esse nosso objetivo. Prioritariamente, pretendemos revelar um dos muitos retratos possíveis sobre esta história em construção, marcadas por tensões, defasagens e (in)visibilidades.

“Se a História não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres é porque não existiram?” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p.13). A História não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres porque a elas sempre coube um papel secundário na própria História! As produções científicas e sociais de cada época deflagram não apenas os temas de relevância, mas os agentes legitimados neste processo discursivo. Quem escreve? Sobre o que? Para quem? Quais temas parecem necessários a cada período da história e quais tramas permitem visibilidade ou silenciamento?

A invisibilidade da homossexualidade feminina é também apontada por Rita Rodrigues (2012), ao afirmar que

Do ponto de vista da sodomia feminina, a disparidade entre os gêneros irá tornar os atos eróticos entre mulheres ao abrigo do quase absoluto silêncio, protegendo a maioria das suas praticantes das sanções aplicadas contra os homens e levando diversos autores a defender a hipótese de inexistência ou escassez de práticas eróticas entre mulheres. (p.374).

As lutas, reivindicações e transformações do século XX configuraram algumas mudanças nesse panorama, em especial a partir da segunda metade do século, sobretudo com a articulação dos Movimentos Sociais, entre eles os Movimentos Feministas, mas sabemos na pele o quanto estamos distanciados de um sistema equânime. Em especial quando nos aprofundamos nas especificidades de

¹⁰ A Revista tem como premissa a salvaguarda e a comunicação da memória LGBTQI+. Tal iniciativa atende a uma demanda e direito contemporâneo em superação a homo-lesbo-transfobia e a ausência do protagonismo LGBTQI+ em museus e espaços de memória. Bimestral, de livre acesso e disponível em diferentes formatos, a proposta é vinculada ao projeto Patrimônio Cultural LGBTQI+ e museus: mapeamento e potencialidades de memórias negligenciadas.

uma dupla invisibilidade: a de ser mulher e lésbica, no reconhecimento do sistema heteronormativo vigente.

Como nos apontam Maria Machado et al (2010), as feministas desempenham importante papel na difusão do liberalismo, favorecendo nas sociedades ocidentais a defesa de uma moral sexual laica. Destaque especial pode ser dado ao feminismo lésbico, ao apontar modos específicos de opressão (MORAIS, 2017).

A heteronormatividade que permeia a produção científica nos séculos XX e XXI demarca a dupla invisibilidade da construção discursiva sobre a existência lésbica. O que muitas vezes ocorre dentro do próprio movimento LGBT, evidenciando um grande campo de tensões, como bem nos apontam Guilherme Almeida e Maria Heilborn (2008).

Como destacam Ana Santos, Simone Souza e Thaís Faria (2017) na apresentação do dossiê “Sapatão é revolução!”,

durante um longo período a lesbianidade foi tratada como um apêndice da homossexualidade gay, [...] com trabalhos que falam a partir de um olhar masculino que se faz presente na maioria das produções sobre as homossexualidades e que não capturam as especificidades da existência lésbica. [...] Não queremos com essas observações especializar as identidades ou afirmar nenhuma supremacia da produção endógena lésbica sem deixar de considerar a pluralidade de experiências dos grupos identitários. Importa-nos, porém, situar a necessidade de se tratar a lesbianidade a partir de um olhar não impregnado de valores e cultura masculina, colonizado, que atravessa as publicações sobre as homossexualidades de uma forma geral, reproduzindo especificidades do universo gay sem dar visibilidade às peculiaridades do mundo lésbico. (pp. 1-2).

Recentes produções sobre lesbianidades

Também como parte da proposta deste trabalho julgamos necessário pesquisar acerca das produções sobre lesbianidades nos anos de 2016 e 2017, por entendermos que é relevante organizar as produções recentes sobre a temática.

Trata-se de uma pesquisa exploratória das produções acerca do tema e, para isso, o Google Acadêmico¹¹ foi utilizado enquanto ferramenta principal de busca dessas produções¹². O disparador para as buscas foi a palavra “lesbianidades” e apenas textos em português foram analisados. Isso gerou o aparecimento de 182

¹¹ É uma das ferramentas que a empresa Google disponibiliza para acesso público à literatura acadêmica. <http://scholar.google.com.br>

¹² Privilegiamos a ferramenta do Google Acadêmico pela facilidade de acesso e amplitude das buscas. Oportunamente, nas próximas etapas da pesquisa de doutorado, incluiremos uma revisão complementar a partir das bases de dados Pepsico e Scielo.



ocorrências¹³, sem a inclusão de patentes e/ou citações. Nem todas as ocorrências tratavam de forma destacada e protagonista a lesbianidade. A discussão aparecia em textos que abordavam a temática LGBT como um todo. Assim, vale ressaltar também, que iremos compartilhar algumas exemplificações das leituras e análises feitas.

É notável a quantidade de material produzido nesses dois anos sobre os “modos não normativos” de se orientar sexualmente no mundo. Artigos, resumos, ensaios, textos em blogs, monografias, dissertações e teses, nos ajudando a trazer o tema para a mesa e, conjuntamente com isso, atuando no processo de diminuição das invisibilidades, silenciamentos, violências, exclusões e estigmatizações.

Já numa primeira busca, chegamos ao artigo publicado na Revista Periodicus em 2017, publicado no número especial citado no item anterior, “Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhas subalternas” (SANTOS, SOUZA e FARIA, 2017). Logo no resumo as autoras mencionam a escassez de produções em lesbianidades na academia e o quanto esse tema foi tratado como um apêndice da homossexualidade gay, gerando assim um certo apagamento da existência lésbica no mundo acadêmico.

Muitos materiais encontrados dialogam com o cinema. Encontramos análises sobre o filme “Azul é a cor mais quente”¹⁴ e destacaremos duas, bastante diferentes entre si. Em Sara Lima (2017), a autora afirma que o filme ajuda a pensar na contraposição entre a corporificação das lésbicas ditas *butches* e das ditas *femmes*. Faz um texto com tom positivo e defende a película como um bom material para a diversidade das possibilidades de ser lésbica no mundo: “Dessa forma, podemos ver *Azul é a cor mais quente* como um convite para pensar a sexualidade como subjetiva e, para tanto, não enclausurada em mitos tendenciosamente pensados e disseminados” (p. 36 e 37).

Já no texto de Caroline Holanda e Ingrid Jesus (2017), o leitor é provocado a pensar se o filme é um exemplo de resistência lésbica ou de atendimento direto à ordem heterossexista. Para as autoras,

A relação entre as duas personagens, está longe de representar uma ruptura e é retratada de acordo com os moldes heteronormativos. Depois que vão morar juntas Adèle começa a dar aulas para crianças e cuidar do lar, enquanto Emma detém a força criativa e intelectual na relação. A reinterpretação desses papéis de gênero fica bastante nítida na festa que

¹³ Acessos ocorridos no período de 14 a 26 de janeiro de 2018.

¹⁴ Filme francês de 2013 dirigido pelo tunisiano Abdellatif Kechiche.

Adèle organiza para Emma: aquela cozinha e serve os convidados, enquanto esta discute arte com os amigos. (s/p).

Outro artigo chamou a atenção por debruçar-se sobre um filme clássico, “Desejo Proibido”, que aborda três histórias que falam sobre relações entre lésbicas em períodos diferentes do século XX. Prado (2016) irá usar a primeira história do filme, que retrata um casal de lésbicas idosas que moram juntas em 1961 e, quando uma delas falece, a outra passa a enfrentar o não reconhecimento da família de sua companheira, o silenciamento imposto pelas instituições e a ausência de direitos. Este cenário é usado para que o autor discuta a desconstrução da homossexualidade e da família nuclear. Ele analisa a cena em que uma das personagens está na sala de espera do hospital enquanto aguarda ter notícias de sua companheira e diz

é possível perceber que, mesmo sem conhecer Edith, sua companheira de espera pressupõe que ela seja heterossexual, ao perguntar-lhe sobre seu marido. É notável que a personagem não cogita a possibilidade de Edith não ser casada. Talvez, por nossa protagonista ser uma senhora, a representação evocada por sua companheira de sala de espera faz com que ela acredite que, devido a sua idade, Edith já atendera a todo um projeto de vida estruturado por nossa cultura, o qual tem como pressuposta a heterossexualidade: nascer, crescer, namorar, casar, ter filhos/as e netos/as e envelhecer. (PRADO, 2016, p. 224).

Também destacamos o trabalho de Alessandro Paulino (2016), que faz um levantamento das produções cinematográficas brasileiras dos últimos quinze anos e registra quais filmes apresentam em suas narrativas o tema das lesbianidades.

Ainda no campo das artes, há um número expressivo de textos que versam sobre a telenovela e a literatura brasileiras, como vemos em Débora Mestre (2017), Ana Almeida (2017), Clara Dantas (2016) e Wilma Coqueiro (2017). Destacamos particularmente a monografia de Beatriz Pires (2016) por apresentar um raro diálogo entre lesbianidade e velhice. Seu trabalho utilizou as personagens vividas por Fernanda Montenegro (Teresa) e Natália Timberg (Estela) na novela transmitida pela TV Globo em 2015 chamada *Babilônia*¹⁵. Teresa e Estela eram duas mulheres lésbicas idosas, casadas, e que sofreram muita rejeição do público ao aparecerem se beijando na boca no primeiro capítulo da novela das 21h. Como aponta a autora,

A inspiração para este trabalho veio principalmente por conta da reação negativa do público diante do beijo trocado pelas duas senhoras idosas no primeiro capítulo. Um gesto simples e comum entre pessoas que se gostam e se relacionam, gerou certo desconforto nos telespectadores. Por que o relacionamento chocou tanto? Seria porquê são lésbicas ou idosas? Além disto, por se tratar de personagens da terceira idade, foi possível discutir a construção social da velhice e seus aspectos, entre eles a

¹⁵ Novela dirigida por Dennis Carvalho.

sexualidade. Diante desta situação, surgiu o interesse de compreender como a lesbianidade e a velhice estavam sendo trabalhadas na telenovela. (PIRES, 2016, pp. 7 e 8).

Pouquíssimos foram os materiais encontrados que articulassem lesbianidade e raça. A invisibilidade das mulheres negras lésbicas se torna evidente ao percebermos que das 182 ocorrências encontradas sobre lesbianidades no google acadêmico nos anos de 2016 e 2017, nem 10% do material versa sobre esta intersecção. Então precisamos sinalizar que as lésbicas brancas são mais contempladas em estudos na academia que as lésbicas negras.

Se os corpos são discursivos, não existindo fora do discurso (BUTLER, 2003), o que produz a academia ao não ou quase não falar sobre a existência da lésbica negra? Lembramos aqui a afirmação de Djamila Ribeiro (2017a) de que

mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supracista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe o status das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de Outro do Outro. (p. 38 e 39).

No caso da mulher negra lésbica, temos a antítese também à heterossexualidade, sendo assim uma espécie de *Outro do Outro do Outro!* Ou, como elucidam Geanine Escobar e Maria Baptista (2016):

Questões como o direito ao voto, ao trabalho, a maternidade, ao controle do próprio corpo, a luta contra a violência doméstica, entre outras, trouxeram avanços importantes relacionados à melhoria na situação de vida de muitas mulheres, principalmente nas vidas de mulheres brancas heterossexuais. Apesar de, ao longo dos séculos, terem surgido inúmeros movimentos feministas preocupados com proteção dos direitos humanos, com a participação política das mulheres, com uma legislação específica para esse grupo subalternizado, nenhum desses movimentos sociais foi capaz de refletir sobre a situação que se encontram as lésbicas negras. (p. 290).

Lesbianidade e negritude aparecem também no artigo de Sandra Marcelino (2016) quando a autora, a partir das narrativas de mulheres lésbicas negras apresenta reflexões delas sobre racismo e lesbofobia, assim como faz Ariana Silva (2017), que, também a partir dos discursos dessas mulheres, contribui com um material para pensarmos sobre construção de identidade em um sistema machista, lesbofóbico e racista. Ainda neste ponto, surge a tese de doutorado de Gilberta Soares (2016), que também contempla a lésbica negra, mas não somente. Um dos pontos centrais da discussão é a lésbica masculina, estilo bofe:



Na perspectiva heteronormativa, é mais aceitável que as lésbicas sejam femininas, aliás, super femininas, para demonstrar que o sexo não se descolou do gênero a despeito que seja lésbica. Dessa forma, não denuncia a invasão de um território de gênero, da mesma forma com os gays, que sejam machos, que confirmem a sua “natureza” masculina. Por conseguinte, as lésbicas com performance feminina – fitinhas – ficam invisibilizadas pelos códigos heteronormativos, com suas vivências afetivo-sexuais circunscritas em ambientes privados, enquanto lésbicas masculinas traem a invisibilidade, denunciando a identidade sexual e provocando a abjeção. (p. 18).

Por traírem a invisibilidade, colocam-se em maior vulnerabilidade. Seus corpos provocam abjeção pois não se ancoram nas referências das estruturas binárias, são deslegitimados socialmente e, com isso, não conseguem se materializar na pauta política e social, tornando-se mulheres designadas a terem um status menos humano (BUTLER, 2002). Ao mesmo tempo a lésbica dita masculina personifica a possibilidade de existência fora das referências binárias. Assim coloca em questão a ideia que o gênero seria a construção social do sexo e nos faz refletir sobre o que é socialmente considerado masculino e feminino.

Seguindo com as análises das produções, nos debruçamos nos textos sobre lesbianidades e escola. Foram poucos os textos encontrados, ou melhor, há uma quantidade significativa de trabalhos que abordam a diversidade sexual no campo da educação e não exclusivamente das especificidades das lesbianidades na escola. As vivências lésbicas são muito pouco trazidas para o debate no meio acadêmico. Como escrevem Keith Braga, Arilda Ribeiro e Márcio Caetano (2017),

Dito de outro modo: ainda que a intensificação destes temas, em especial com a publicação do “Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual – BSH (BRASIL, 2004)”, seja notória e com importantes contribuições, parte muitíssimo pequena de tais pesquisas não são centralizadas unicamente em sujeitos gays. O que nos provoca a pensar se as apropriações conceituais, bem como, as problematizações que temos, por exemplo, para criticar a homofobia nas escolas dão conta de questionar também a misoginia, lesbofobia, machismo e sexismo nesses espaços educativos. (p. 55).

Ou seja, nas ocorrências encontradas vemos um número significativo de trabalhos que argumentam sobre como professoras e professores lidam com a diversidade sexual na escola, como educadores reproduzem as normas de gênero e sexualidade em suas turmas, e como a heteronormatividade modela os corpos das crianças e jovens na escola (NUNES, 2016; ROSA, CAETANO E CASTRO, 2017). Poucos foram os materiais encontrados que priorizavam as narrativas das alunas lésbicas sobre as suas vivências dentro da escola.

Há um artigo que traz uma perspectiva bem diferente da maioria, por privilegiar a narrativa de professoras que se identificam lésbicas ou bissexuais, ou seja, o foco são as docentes e não, como a maioria dos trabalhos apresentam, os alunos. Assim,

Na perspectiva de realizar um encontro apenas com professoras lésbicas e bissexuais no ano 2012, contatamos dez mulheres e conseguimos conversar com nove delas para apresentar a proposta do diálogo que consistia em conhecer suas impressões acerca da educação sexual. Nos interessava saber: essas professoras tratavam abertamente questões que envolviam sexualidades? Enfrentavam preconceitos? Como reagiam frente a situações de lesbo/bi/homo/transfobia que presenciavam? Conversamos com as nove professoras individualmente para convidá-las, sendo que cinco delas apresentaram recusa imediata após o primeiro contato. Nas justificativas, alegaram não gostar do assunto, ter dificuldade em falar sobre o tema e ter preocupação com o risco da visibilidade, ou seja, que suas identidades fossem declaradas ainda que acidentalmente, para usar a expressão de uma delas. (MEIRELES, HOFFMAN E MAMED, 2016, p.4).

Destacamos ainda alguns poucos textos que refletem sobre os vídeos utilizados no Projeto Escola sem Homofobia (2011), que é um braço do já mencionado Projeto Brasil Sem Homofobia de 2004, do Governo Federal, como presenciamos nos trabalhos de Da Silva (2017), Almeida (2016) e Oliveira Júnior (2017).

Continuando a jornada, vemos as lésbicas surgirem em trabalhos que discutem outros coletivos marginalizados, quer seja nas discussões em políticas públicas, como nos trabalhos de Murilo Moscheta, Daniele Fébole e Bárbara Anzolin (2016), Veiga (2016), quer seja em textos que falam na formação de resistências no Brasil ou em cidades e estados da Federação, como mencionam Dotta (2016) e Batista e Boita (2017).

Não encontramos um texto sequer que falasse exclusivamente de políticas públicas para lésbicas, assim como pouquíssimos textos que articulassem infecções sexualmente transmissíveis (IST) e lésbicas. Achamos o material de Monique Batista e Gustavo Zambenedetti (2017) – *Uma pesquisa intervenção sobre a prevenção às IST/HIV com mulheres lésbicas e bissexuais*, no qual mais da metade da população estudada era composta por mulheres bissexuais e não lésbicas. Já na dissertação de Lima (2016), são apresentadas conclusões que ratificam a invisibilidade da sexualidade das mulheres lésbicas. Destaca que a confiança na parceria e a fidelidade são estratégias de prevenção utilizadas por essas mulheres. As entrevistadas sinalizam a ausência de campanhas que falem sobre a necessidade de prevenção nas relações sexuais entre mulheres e também a falta de profissionais da área da saúde capacitados, o que segundo elas gera constrangimento e afastamento da busca pelo

serviço desses especialistas, conseqüentemente as expondo a quadros de maior vulnerabilidade e exclusão social.

Relacionamento e amor entre mulheres também transitam nas produções encontradas. Mais uma vez destacamos um artigo da Revista Periodicus¹⁶, de autoria de Danielly Mezzari e Leonardo Souza, que conversa com lésbicas sobre seus relacionamentos, privilegiando assim suas narrativas e também uma das autoras se apresenta como alguém que de certa forma compartilha o mesmo lugar social que as mulheres que ela entrevista. Implica-se com a pesquisa ao escrever que

Algumas preocupações/indagações nos guiam ao longo desse processo. Quem somos nós? Quem são elxs? Quais os perigos, as potências, de assumirmos um lugar? Este é um texto que se propõe a pensar, dentre outras coisas, no amor entre mulheres. O que isso significa? O que significa ser uma mulher que se assume como lésbica e produz uma pesquisa sobre outras mulheres que também chamam para si essa identidade? (p. 193).

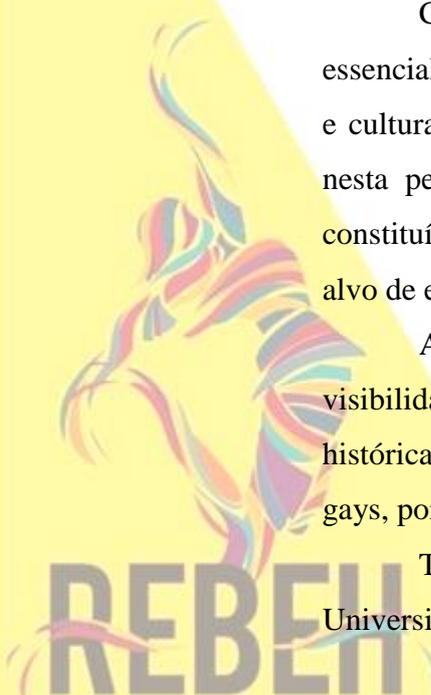
Este artigo, em particular, nos serve de grande inspiração, pois há uma identificação com seu estilo de escrita, com a implicação por parte da autora, que se apresenta absolutamente misturada com o tema e isto diferencia esta produção das outras que trabalham a mesma temática.

E, para finalizar, destacamos algumas produções pontuais que articulam lesbianidades com surdez (RIBEIRO, 2017b), Lei Maria da Penha (MACHADO e DURÃES, 2017) e maternidade (GERENT, 2016).

Considerações finais

Neste trabalho, revisamos a construção da patologização da homossexualidade na transição entre os séculos XIX e XX para em seguida analisarmos as produções acadêmicas sobre lesbianidades nos anos de 2016 e 2017. Entendemos que refletir sobre esses recentes estudos deve concomitantemente trazer uma análise da cena histórica desenhada no último século, o que nos evidencia um campo de grandes tensões e violações – culturais, históricas e sociais. Se estamos socialmente expostos ao tema da sexualidade, que deixa de pertencer ao cenário eminentemente privado, ganhando contornos e maior visibilidade a cada década, ainda estamos bastante distanciados de uma realidade efetivamente plural, na qual a identidade de gênero e a orientação sexual sejam performadas de maneira cidadã.

¹⁶ Volume 1, número 7, 2017 – “Sapatão é revolução”.



Concluindo nossas reflexões, a desconstrução de uma perspectiva essencialista sobre a sexualidade e a compreensão dela contida em um plano histórico e cultural foram considerações fundamentais percebidas em todos os textos citados nesta pesquisa, e sabemos como é importante pensar sobre os mecanismos que constituíram - e de certa forma circulam ainda hoje -, a prática homossexual como alvo de estigmatizações.

Assim, discutir e mapear estas produções acadêmicas nos ajuda a promover a visibilidade dos estudos em lesbianidades, a compreender a distinta apropriação histórica da sexualidade das mulheres lésbicas quando comparadas com os homens gays, por exemplo, e a criar uma cronologia própria para o movimentos delas.

Terminamos compartilhando a preocupação de garantir que este texto saia da Universidade, atravesse os seus muros e promova este debate para além da academia.

Referências

ALMEIDA, Guilherme e HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, 2008, p. 225-249.

ALMEIDA, Edson Leandro de. **Escola sem homofobia: a (re)produção da identidade sexual nos discursos escolares**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

ALMEIDA, Ana Luiza. O discurso que resiste: as narrativas sobre a homoafetividade feminina escritas por mulheres na literatura brasileira. *Revista Crioula*, n. 20, 2017.

AUAD, Daniela & LAHNI, Cláudia Regina. Cidadania Democrática e Homossexualidades: comunicação no combate à violência contra as mulheres lésbicas. **Emblemas** (Revista do Departamento de História e Ciências Sociais UFG – CAC), vol. 10, n. 2, pp. 147-166, jul-dez. 2013.

BATISTA, Monique Cristina Henares; ZAMBENEDETTI, Gustavo. Uma pesquisa-intervenção sobre prevenção às IST/HIV com mulheres lésbicas e bissexuais. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 42-50, dez. 2017.

BATISTA, Jean e BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, setembro 2017.

BRAGA, Keith, RIBEIRO, Arilda, CAETANO, Márcio. Discussões iniciais sobre lesbianidades e educação escolar. **e-Mosaicos**, 6, abr. 2017.

BRASIL, 2004. **Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUTLER, Judith. “Cuerpos que Importan” – **Sobre os limites materiais y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a Ditadura Militar no Brasil. Revista **Periódicus**, Salvador, n.4, v.1, nov. 2015 - abr. 2016, p. 127-150.

CARRARA, Sérgio. et al. **Material didático**. Curso de especialização em gênero e sexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, D.F.: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2015.

COQUEIRO, Wilma. S. Sedução e homoerotismo no Bildungsroman de autoria feminina contemporânea: uma leitura de pérolas absolutas de Heloisa Seixas. Em Revista **Estação Literária**, v. 18, p. 39-56, 2017.

DANTAS, Clara Letícia de Araújo. Identidade lésbica em telenovelas brasileiras. Trabalho apresentado em **XII Conages**, 2016.

DA SILVA, Ricardo Desidério. Kit Anti-Homofobia: o vídeo Torpedo e suas tramas sobre a lesbianidade. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, [S.l.], p. 139-156, jun. 2017.

DOTTA, Alexandre Godoy. Visibilidade e vulnerabilidade do Movimento LGBT no Brasil. **Anais do EVINCI - UniBrasil**, 2, nov. 2016.

ESCOBAR, Geanine Vargas e BAPTISTA, Maria Manoel R. T. O pensamento das mulheres negras e a lesbianidade negra em contexto lusófono. Trabalho apresentado no **V Congresso Internacional de Estudos Culturais**, 2016.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, Jules-France. Lesbianismo. In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p.122-128.

GERENT, Luciane Caroline. **Experiências de maternidades lésbicas na escola: o (não) lugar de duas mães**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) apresentado ao Centro de Filosofia de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - orientadora, Claudia Regina Nichnig - Florianópolis, SC, 2016.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 15, 2000, p. 271-295.

HOLANDA, Caroline Sátiro de e JESUS, Ingrid Santos de. Azul é a cor mais quente: uma análise feminista. Trabalho apresentado no **3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, Paraíba: 2017.

LESSA, Patrícia. Visibilidade lésbica e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim ChanacomChana. Niterói, **Gênero**, v. 8, n. 2, p. 301 – 333, 1º sem 2008.

LIMA, Michael Augusto Souza de. **Vulnerabilidade e prevenção às DST's nas práticas afetivo-sexuais de lésbicas**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LIMA, Sara Regina de Oliveira. HQ e Cinema: uma leitura sobre as lesbianidades em Azul é a cor mais quente. Em **Outras Fronteiras**: vol. 4, n. 1 (2017).

MACHADO, Isadora Vier e DURÃES, Thaís da Silva. Lesbianidades e Lei Maria da Penha: Problematizações a partir de uma análise jurisprudencial nos tribunais no sul do país. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas** - Universidade Federal da Paraíba V. 6 - No 02 - Ano 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos, PICCOLO, Fernanda Delvalhas, ZUCCO, Luciana Patrícia e MOTA, Murilo Peixoto da. Homofobia, movimentos sociais e epidemia de AIDS na percepção das lideranças religiosas. Em: MACHADO, M.D.C. e PICCOLO, F.D. (Orgs). **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARCELINO, Sandra Regina de Souza. Entre o racismo e a lesbofobia: relatos de ativistas negras lésbicas do Rio de Janeiro. Em **Gênero**, v. 16, n. 2, 2016.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos – São Paulo 1870/1920. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 35, p. 247-285, 1998.

MEIRELES, Ariane Celestino, HOFFMAN, Lucimary & MAMED, Marcelo dos Santos. Lésbicas, bissexuais, cis, professoras: notas sobre cotidianos escolares. **E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP**, N.o 4, maio de 2016.

MESTRE, Débora. Presença lésbica na literatura brasileira: as estratégias de Cassandra Rios. Trabalho apresentado no **3º. Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, Paraíba: 2017.

MEZZARI, Danielly Christina Souza e SOUZA, Leonardo Lemos de. Do Amor entre Mulheres: narrativas de amor e lesbianidades. Revista **Periódicus**, Salvador, n.7, v.1, maio-out 2017, p. 192-214.

MORAIS, Beatriz de Lima. Corpos profanos: rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico. Revista **Textos Graduados** – Número 1, Volume 3, Dezembro 2017, p. 81-92.

MOSCHETA, Murilo dos Santos, FEBOLE, Daniele da Silva, ANZOLIN, Bárbara, Visibilidade seletiva: a influência da heterossexualidade compulsória nos cuidados

em saúde de homens gays e mulheres lésbicas e bissexuais. **Saúde & Transformação Social** / Health & Social Change [en linea] 2016.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

NUNES, Virgínia de Santana Cordolino. **Antropologia, diversidade sexual e educação: uma experiência etnográfica no ensino público da Bahia**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2016.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Revista **Periódicus**, Salvador, n.7, v.1, maio-out 2017, p. 6-19.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. Kit de combate a homofobia do MEC: a polemização em torno dos recursos audiovisuais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 319-334, maio 2017.

PIRES, Beatriz Arcoverde Bezerra. **Questionando padrões: uma análise das representações lésbicas e idosas da telenovela Babilônia**. 2016. 97 f., il. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PRADO, Vagner Matias do. O amor entre elas: a desconstrução da heterossexualidade e da família nuclear, a partir das representações de um filme comercial sobre lesbianidades. Em **ULBRA**, vol. 18, n. 38 (2016).

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017a.

RIBEIRO, Jéssica Akemi Kawano. A lesbianidade e a surdez. Revista **Periodicus**, Salvador, n.7, v.1, pp. 179-191, maio-out 2017b.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Revista **Bagoas**, n.5, [1980] 2010, p. 17-44.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências. **História** (São Paulo) v.31, n.1, p. 365-391, jan/jun 2012.

ROSA, Katemari Diogo, CAETANO, Marcio e CASTRO, Paula Almeida de. **Gênero e sexualidade: intersecções necessárias à produção de conhecimentos** [Livro eletrônico]./Katemari Diogo da Rosa, Marcio Caetano, Paula Almeida de Castro (organizadores). Campina Grande: Realize Editora, 2017.

SANTOS, Ana Cristina C., SOUZA, Simone Brandão e FARIA, Thaís. Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas. Revista **Periodicus**, Salvador, n.7, v.1, maio-out 2017, p. 1-5.

SILVA, Ariana Mara. Lésbicas negras, identidades interseccionais. Revista **Periodicus**, v. 1, n. 7, 2017.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos têm sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), UFBA, 2016.

VEIGA, Luis Fernando da. Armário de vidro e as chaves perdidas: sobre políticas públicas e direitos sexuais da população LGBT. **Anais da Jornada de Pesquisa em Psicologia da UNISC** (Universidade de Santa Cruz do Sul), 2016.

DIALOGUES ON LESBIANITIES:

a brief historical incursion and analysis of recent productions

28

Abstract: This article deals with the theme of homosexuality, but specifically about lesbianities. It discusses the pathologization of homosexuality in the transition from the nineteenth century to the twentieth century as well as making a cut on lesbianities in a brief historical perspective and then investigating in the second half of the twentieth century the outbreak of the affirmative process of lesbian movements in Brazil. Thinking about the existence and resistance of these women from the markers of this compilation brings to the daily schedule the thought about the need to problematize the lack of protagonism of studies in lesbianities in Brazil. After this historical incursion, investigates the recent productions on the theme produced in the country, especially the publications of 2016 and 2017. The design of this article is born from the need to reflect on the (in) visibilities of lesbians and to promote this debate beyond the walls of the University.

Keywords: Lesbianities. Lesbians women. Lesbian movements.

Recebido: 26/05/2018.

Aceito: 15/06/2018.

REBEH

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA